

## DEPOIS DO CARNAVAL É HORA DE PENSAR O FUTURO

**SONIA FLEURY<sup>1</sup>**

O mês de Fevereiro começou auspicioso, sendo as manchetes dos meios de comunicação tomadas pelo otimismo frente ao fenômeno representado pela emergência de uma nova classe média, cuja importância pode ser medida pelo fato de constituir-se hoje na maior fatia da renda nacional. Dados divulgados pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas permitem um retrato fiel dessa nova estratificação da sociedade brasileira, demonstrando seu potencial impacto na economia, além dos efeitos imediatos na redução das desigualdades sociais.

A chegada de 91 milhões de brasileiros e brasileiras ao mercado já começa a redirecionar os esforços de marketing, produção e distribuição, para atender às demandas desse novo tipo de consumidor, cuja identidade própria e preferências singulares começam a ser pesquisadas e identificadas, em busca de vantagens competitivas.

O mercado não perdeu tempo investindo na busca da compreensão das conseqüências deste processo de ascensão social sobre o padrão nacional de consumo, mas, o mesmo não tem sido enfatizado pelos analistas sociais e políticos, considerando seus possíveis impactos na sociabilidade e no processo político nacionais. A inclusão de tão expressivo grupo populacional em um período curto de tempo não deixará de alterar as relações sociais e de poder. Mesmo considerando que a inclusão propalada tem um viés de ascensão ao mercado de consumo, seus efeitos certamente transbordarão estes limites restritos. Torna-se imprescindível ampliar os horizontes de compreensão deste fenômeno para além do binômio oferta-demanda, buscando entender que sujeito(s) social(is) estão sendo gestados neste processo, que atores políticos estão sendo construídos.

Se o mercado já foi capaz de identificar uma identidade própria deste consumidor, resta nos perguntamos em que medida a sociedade brasileira - e, em especial os meios de comunicação- estará aberta a mudanças que reduzam o elitismo, o regionalismo e o caráter excludente daquilo que se convencionou chamar produção da cultura nacional?

Um aspecto fundamental a ser considerado no desenho das políticas públicas diz respeito às demandas emergentes, como parte desse processo de re-estratificação, em relação aos bens coletivos e serviços públicos, por exemplo, nas áreas de transporte, saúde, educação, previdência. Quais demandas cidadãs deverão acompanhar este processo de inserção como consumidores?

Uma transformação deste porte não deixará de influenciar as formas de exercício e reprodução das relações de poder. Um estudo recente de André Singer sobre as bases sociais do “lulismo” de alguma maneira tangencia essas questões ao identificar o progressivo divórcio entre as bases tradicionais de classe média que sustentaram até hoje o crescimento e consolidação do PT como partido e as bases sociais do “lulismo”, cada vez mais ancorado nesta nova classe emergente.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política, Professora Titular da EBAPE/FGV onde coordena o PEEP- Programa de Estudos da Esfera Pública

Diante dessa nova realidade, tanto os apoiadores do Presidente Lula quanto o próprio ex-presidente FHC decidiram botar seus blocos na rua, reivindicando para si e para seus governos a autoria da criação dessa nova cara do Brasil. A imprensa tratou de buscar estatísticas e estimar a contribuição de cada um dos dois governos, chegando à conclusão que houve um empate técnico.

Ora, não há como desconhecer as diferenças ideológicas e práticas entre os dois governos quanto a questões cruciais como a relação entre Estado e Mercado e a relação entre Estado e Sociedade Civil, sem falar nas diferenças notórias quanto a alianças e estratégias de inserção no cenário internacional. Apesar das alterações fundamentais no contexto da economia mundial entre os dois períodos, não houve, no entanto, rupturas no campo da política econômica de privilegiamento da estabilização monetária.

Também no campo das políticas sociais houve mais continuidade que alterações, consolidando um padrão de proteção social que busca focalizar as políticas públicas em relação aos grupos mais marginalizados, de forma a incluí-los no mercado de consumo por meio das transferências de renda, aumento do crédito e ampliação das possibilidades de acesso aos bens públicos por meio de políticas de cotas. Políticas de caráter universal como as de saúde, educação básica, saneamento e transporte urbano, por exemplo, foram, em ambos os governos, tratadas de forma infinitamente aquém das necessidades da cidadania.

No entanto, como não se trata de um concurso entre dois blocos, o que a sociedade brasileira requer é um balanço que demonstre que ganhamos na consolidação das instituições da democracia desenhadas na Constituição de 1988 e na inclusão social que a democracia demanda. Certamente a Consolidação das Leis Sociais que está em elaboração representará um momento crucial na constitucionalização de todo um corpo doutrinário e de um complexo e elaborado aparato institucional que vem sendo gerado desde a CF de 1988.

A sociedade brasileira em processo de intensa transformação social requer de suas elites políticas um olhar para o futuro, que desenhe cenários capazes de absorver todas estas demandas emergentes e que tenham a ousadia de reconhecer que fomos incapazes, até o momento, de realizar mudanças institucionais cruciais – como a reforma política, a reforma administrativa e a reforma tributária – que são imprescindíveis para gerar as condições de governabilidade democrática em uma sociedade cada vez mais complexa.